



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
GABINETE DO VEREADOR FÁBIO LOPES

À MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

FÁBIO NOBREGA LOPES, vereador desta casa, vem à presença desta mesa, nos termos do art. 181 do Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa, interpor o presente.

RECURSO

**RECURSO AO PARECER CONTRÁRIO
APROVADO PELA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº
240/2025**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa – CCJRLP, ao analisar o Projeto de Lei Ordinária nº 240/2025, de autoria do Vereador Fábio Lopes – PL, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas públicas do Município de João Pessoa de promoverem ações de conscientização sobre o Diabetes Mellitus e adotarem medidas específicas de atenção aos alunos, professores, funcionários e familiares diagnosticados com essa condição”, emitiu **PARECER CONTRÁRIO** à sua tramitação, sob a alegação de vício formal de iniciativa e afronta ao princípio da separação dos poderes.

É o relatório.

I.I CABIMENTO

Este Recurso é interposto contra decisão que considerou inconstitucional o Projeto de Lei em epígrafe. Portanto, por ser hipótese prevista no art. 68 do Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa, demonstra-se o seu cabimento.

Câmara Municipal de João Pessoa
Gabinete do Vereador Fábio Lopes – PL
Email: fabiolopes@joaopessoa.pb.leg.br
Contato: 83 3218 6301
Endereço: Av. das Trincheiras, 43 – Centro - 58011000



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
GABINETE DO VEREADOR FABIO LOPES

I.II RESUMO DO PROJETO DE LEI E DA DECISÃO RECORRIDA

O Projeto de Lei nº 240/2025, de autoria do Vereador Fábio Lopes, dispõe sobre a obrigatoriedade de as escolas públicas do Município de João Pessoa realizarem, anualmente, **ações de conscientização, prevenção e orientação sobre o Diabetes Mellitus**.

As atividades devem abranger informações sobre a doença, seus tipos, fatores de risco, sinais e sintomas de hipo e hiperglicemia, a importância da alimentação adequada, da prática de atividades físicas, do acompanhamento médico e do respeito e acolhimento às pessoas diagnosticadas.

Além disso, as escolas deverão adotar **medidas específicas de suporte**, como:

- permitir que alunos realizem monitoramento da glicemia e aplicação de insulina durante o horário escolar;
- garantir acesso facilitado à alimentação nos horários recomendados;
- capacitar professores e servidores para agir em situações de emergência;
- elaborar planos individuais de atendimento, quando necessário, em parceria com familiares e profissionais de saúde.

A proposta também autoriza a Secretaria Municipal de Educação a firmar parcerias com entidades e associações da área da saúde para o desenvolvimento das ações. As despesas correrão por dotações orçamentárias próprias.

Na justificativa, o autor ressalta que o Diabetes Mellitus é uma condição crônica que atinge milhares de pessoas e que o ambiente escolar precisa estar preparado para oferecer acolhimento, respeito e informação, prevenindo complicações, salvando vidas e fortalecendo a rede de proteção social, em uma iniciativa de baixo custo e grande impacto social.

II – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é interposto dentro do prazo regimental de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação/aprovação do parecer, estando, portanto, tempestivo.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
GABINETE DO VEREADOR FABIO LOPES

III – FUNDAMENTAÇÃO

A nobre Comissão entendeu que o Projeto de Lei nº 240/2025 invadiria competência privativa do Chefe do Poder Executivo, por supostamente criar obrigações administrativas à Secretaria Municipal de Educação. Todavia, data máxima vênia, não merece prosperar tal entendimento.

1. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL

Nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local. A matéria em análise versa sobre **saúde preventiva, educação em saúde e políticas públicas de conscientização**, temas de **interesse local e coletivo**, plenamente inseridos na esfera de atuação legislativa municipal.

2. DA INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA

O projeto não altera a estrutura administrativa do Executivo nem cria cargos ou funções, limitando-se a estabelecer **diretrizes de interesse público** relacionadas à promoção da saúde e ao bem-estar da comunidade escolar. O STF já firmou entendimento (ARE 878911 RG; RE 871658 AgR) de que **não há usurpação de competência do Executivo quando a lei de iniciativa parlamentar, ainda que crie despesas, não trata da estrutura da Administração nem do regime jurídico dos servidores. É exatamente o caso em tela.**

3. DO INTERESSE PÚBLICO E RELEVÂNCIA SOCIAL

O Diabetes Mellitus é uma condição crônica que afeta milhares de cidadãos. A escola, como espaço de formação e convivência, deve ser preparada para lidar com a realidade de alunos e servidores que convivem com essa condição. O projeto não interfere na gestão pedagógica, mas garante **respeito, acolhimento e prevenção**, atendendo aos princípios da dignidade da pessoa humana e da saúde como direito social (CF, art. 6º).

4. DA JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL

Além dos precedentes já mencionados, o STF também já reconheceu

Câmara Municipal de João Pessoa
Gabinete do Vereador Fábio Lopes – PL
Email: fabiolopes@joaopessoa.pb.leg.br
Contato: 83 3218 6301
Endereço: Av. das Trincheiras, 43 – Centro - 58011000



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
GABINETE DO VEREADOR FABIO LOPES

como constitucionais iniciativas parlamentares que concretizam princípios da saúde, da moralidade e da impessoalidade na Administração (RE 570392, ARE 878911 RG).

*Portanto, não há qualquer afronta ao princípio da separação dos poderes. Trata-se de matéria de **competência concorrente**, legítima e necessária.*

III.1 – DO INTERESSE SOCIAL E DA IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE DA POPULAÇÃO

*O Projeto de Lei nº 240/2025 possui **inegável relevância social**, pois trata diretamente da saúde e da qualidade de vida da população escolar, abrangendo alunos, professores, funcionários e familiares. O Diabetes Mellitus é uma doença crônica que, se não diagnosticada e tratada adequadamente, pode gerar complicações graves, elevar gastos do sistema público de saúde e comprometer a vida dos cidadãos.*

*A escola, enquanto espaço de socialização e de formação cidadã, é ambiente privilegiado para a realização de **ações preventivas e educativas em saúde**, que contribuem não apenas para o bem-estar dos portadores da doença, mas também para a conscientização coletiva, reduzindo preconceitos e promovendo inclusão.*

*Além disso, a medida está em consonância com os princípios constitucionais da **dignidade da pessoa humana** (art. 1º, III, CF) e do **direito à saúde** (art. 6º e art. 196, CF), que estabelecem como dever do Estado e da sociedade a promoção de políticas públicas voltadas à prevenção e à redução de riscos de doenças.*

*Portanto, o projeto atende a uma **demanda real da sociedade**, sem gerar impacto orçamentário relevante, já que pode ser implementado de forma integrada às ações de educação e saúde já existentes, mediante parcerias e campanhas educativas.*

III.2 – DA INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DE SEPARAÇÃO DOS PODERES

A Comissão de Constituição e Justiça entendeu que o Projeto de Lei nº 240/2025 violaria o princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º, CF/88), por supostamente impor obrigações à Administração Pública. Entretanto, tal entendimento não se sustenta.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
GABINETE DO VEREADOR FÁBIO LOPES

O projeto em debate **não interfere na organização administrativa da Secretaria de Educação**, tampouco cria cargos, funções ou altera a estrutura de órgãos do Poder Executivo. Sua finalidade é apenas estabelecer **diretrizes de conscientização e acolhimento** no âmbito escolar, tema de inequívoco interesse social e educacional.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que **não há vício de iniciativa nem afronta à separação dos poderes em leis de iniciativa parlamentar que, embora impliquem algum custo à Administração, não tratem de sua estrutura ou regime jurídico de servidores** (ARE 878.911 RG, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 871.658 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes).

Assim, a proposta do Vereador Fábio Lopes **não invade competências privativas do Chefe do Executivo**, mas apenas exerce a competência legislativa municipal para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, CF/88), em consonância com a Lei Orgânica do Município.

Não há que se falar em afronta ao Princípio Constitucional da Separação dos Poderes (Art. 2º da CF/88), já que a matéria em comento encontra-se alicerçada na prerrogativa do mandato parlamentar para a propositura de tal projeto, o que reforça sobremaneira o equívoco da CCJRLP ao analisar o presente PLO e aprovar PARECER CONTRÁRIO, restando-se, portanto, totalmente legal e constitucional a matéria ventilada no PLO nº 240/2025.

Portanto, é patente a **inexistência de afronta ao princípio da separação dos poderes**, sendo o projeto plenamente constitucional e legítimo.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O **provimento do presente Recurso**, a fim de que seja reformado o Parecer Contrário emitido pela CCJRLP;
2. O **consequente prosseguimento da tramitação regimental do Projeto de Lei Ordinária nº 240/2025**, com envio às demais Comissões Permanentes desta Casa Legislativa.

Fábio Napoleão Lopes

FÁBIO LOPES

Vereador - PL

Câmara Municipal de João Pessoa
Gabinete do Vereador Fábio Lopes – PL
Email: fabiolopes@joaopessoa.pb.leg.br
Contato: 83 3218 6301
Endereço: Av. das Trincheiras, 43 – Centro - 58011000